



**“[...] E SARANNO BUONI COLONI UTILI AL PAESE”:
IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E CATEQUESE ENTRE OS KAINGANG DO TOLDO DO
FACHINAL, NO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1903-1921)**

**“[...] E SARANNO BUONI COLONI UTILI AL PAESE”:
IMMIGRATION, COLONIZATION AND CATECHESIS AMONG THE KAINGANG OF
TOLDO DO FACHINAL, IN THE NORTHEAST OF RIO GRANDE DO SUL (1903-1921)**

Resumo: O presente artigo visa tratar da correlação existente entre a colonização privada e a catequese indígena levadas a cabo no nordeste do Rio Grande do Sul, no Toldo do Fachinal, então município de Lagoa Vermelha. Problematiza-se em torno da paridade entre os processos de colonização privada com colonos de origem europeia e atuação dos missionários da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em avanço sobre um território indígena Kaingang. Por meio de fontes diversas, como correspondências dos capuchinhos e de agentes dos governos estadual e federal, busca-se compreender a colonização, sua correlação com os missionários e a correlação de ambos no projeto de catequese indígena. De duração efêmera, a catequese indígena no Toldo do Fachinal permaneceu por pelo menos duas décadas dentro do horizonte de expectativa dos missionários capuchinhos e visou empreender um processo de transformação do nativo em trabalhador rural.

Palavras-chave: Imigração. Colonização. Catequese. Kaingang. Toldo do Fachinal.

Abstract: The present article aims to address the existing correlation between private colonization and indigenous catechesis carried out in the northeast of Rio Grande do Sul, in Toldo do Fachinal, then municipality of Lagoa Vermelha. It raises questions regarding the parity between the processes of colonization by european immigrants and the actions of the missionaries from the Ordem dos Frades Menores Capuchinhos in the region, both advancing upon a Kaingang indigenous territory. By utilizing various sources, such as correspondence from the capuchins and agents of State and federal governments, the goal is to comprehend colonization, its relationship with the missionaries, and the influence of both in the indigenous catechesis project. The indigenous catechesis in Toldo do Fachinal, although short-lived, remained within the expectations of the capuchins missionaries for at least two decades, aiming to undertake a process of transforming the native into a rural worker.

Palavras-chave: Immigration. Colonization. Catechesis. Kaingang. Toldo do Fachinal.

Alex Antônio Vanin

Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UFP).

alexvanin@hotmail.com.

Federica Bertagna

Doutora em História da Sociedade Europeia e professora associada do Departamento de História Contemporânea da Universidade de Verona.

federicabertagna@gmail.com.

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.16>

1 Introdução

O intento do presente artigo¹ é o de analisar o desenvolvimento de processos entrelaçados de imigração, colonização e catequese em relação à “civilização dos índios”, levados a cabo por diferentes sujeitos e instituições, em meio às populações indígenas Kaingang da porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Muito embora os processos supracitados possam ser explorados e analisados de maneira segregada, recortando-se atuações e relações estabelecidas, todos são aspectos de uma mesma realidade complexa de contato entre nativos e representantes da sociedade ocidental, que apresentavam interesses em comum, partilhavam de noções semelhantes em relação aos indígenas e convergiam em muito no tocante ao que se esperava do indígena após uma idealizada “integração à civilização”, seja pela intervenção eclesiástica ou estatal.

O presente estudo foi guiado pela seguinte problemática: de que maneira os diferentes processos que estiveram em curso na região do Toldo do Fachinal, como a colonização pública e privada, a imigração e a expansão da presença da Igreja Católica, via missionários capuchinhos, estiveram correlacionadas e, mais a fundo, de que forma partilharam de interesses e objetivos comuns com os órgãos estaduais e federal que eram responsáveis pela “questão indígena” na região? Ainda, de que forma a população Kaingang residente no Toldo do Fachinal se dispôs em relação aos processos e aos múltiplos sujeitos que os representavam, na figura dos colonos, autoridades religiosas e agentes do Estado? Pretende-se responder essas questões a partir do cotejo e análise de um corpus documental diversificado, que abrange relatórios, mapas e correspondências da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, subordinada à Diretoria de Terras e Colonização (DTC) do estado do Rio Grande do Sul, correspondências e periódicos vinculados aos missionários capuchinhos, bem como correspondências de autoridades locais, estaduais e federais, especificamente neste último âmbito, aquelas produzidas pelos agentes do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

Considerando as fontes disponíveis e a problemática proposta, o recorte temporal selecionado abrange o início da atividade missionária dos capuchinhos franceses no Toldo do

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir do Edital n. 44/2022 – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), em desenvolvimento pelo pesquisador Alex Antônio Vanin entre os meses de setembro de 2023 e fevereiro de 2024.

Fachinal, em 1903, seguindo até o período de desmembramento da Diocese de Santa Maria e consequente enfraquecimento da atuação dos religiosos no toldo, em 1921. Esse recorte, embora privilegie uma das experiências acerca das quais se debruça – qual seja, a da catequese indígena –, foi pensado por concentrar, dentro desta conjuntura, outros processos que se desenrolam em simultâneo e estão imbricados entre si: a regularização fundiária, a colonização privada e a demarcação de terras indígenas empreendidas pela DTC e pelo SPILTN naquela região do então município de Lagoa Vermelha.

2 Entre o latifúndio e o aldeamento: os Kaingang na região de Lagoa Vermelha

No início do século XX, os agrupamentos Kaingang que habitavam o território do então município de Lagoa Vermelha, no nordeste do Rio Grande do Sul, estavam organizados, em sua maioria, em alguns *toldos*², a saber, do Fachinal, de Caseros e do Forquilha, todos componentes de uma região de ocupação Kaingang mais ampla, que se estende por toda a Região Sul do Brasil. Toda a região de matas, ao norte do estado do Rio Grande do Sul era território permanente de ocupação Kaingang, aglutinador das concepções desse povo em relação às suas noções de espaço, vinculados a estratégias econômicas, sociais e políticas. Ademais, o estabelecimento sazonal, a circularidade e a mobilidade espacial e os deslocamentos coletivos compunham parte de uma complexa dinâmica de mobilidade, vinculada à subsistência e à proteção do grupo (Laroque, 2007).

Em termos nacionais, em meados do século XIX, a “questão indígena” passou a ser regulada juridicamente pelo *Regulamento das Missões de Catequese e Civilização*, decretado em 1845, que instituiu a possibilidade de se criar aldeamentos sob a administração de cada Governo Provincial e supervisão de um Diretório dos Índios (Brasil, 1845). A *catequese e civilização* foi o binômio que guiou o avanço sobre os territórios eminentemente ocupados por indígenas e foi o esteio dessa política imperial. Assim, avançar sobre esses espaços, que passaram a ser considerados terras devolutas a partir da *Lei de Terras de 1850* (Brasil, 1850) e, portanto, pertencentes ao Estado e passíveis de serem adquiridas apenas pela compra, encontrava respaldo na contenção indígena, posto que desagregava os territórios dos povos originários e confinava-os em espaços pré-determinados que nem sempre satisfaziam as necessidades de subsistência do agrupamento

² No Sul do Brasil, nas províncias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os locais de ocupação tradicional indígena eram chamados de “toldos”.

nativo. Na região de Santo Antônio da Patrulha, Vacaria e, mais tarde, Lagoa Vermelha, foram instituídos vários aldeamentos a partir da década de 1850, a maioria visando agregar o agrupamento do *Pã’í mbâng Yu-toahê*, o Cacique Doble³, e submeter a liderança ao aldeamento – situação de controle, vigilância, de adoção da fé católica –, como os aldeamentos de Santa Izabel, dos Incas e do Pontão (Tedesco; Vanin, 2018). Nesse sentido, o esforço por travar aliança com o *Pã’í mbâng* Doble por parte do Governo Provincial foi muito enfatizado na primeira metade da década de 1850.

Francisco de Paula Felippe e outros latifundiários da região, como o coronel Alberto Marques Berthier de Almeida, Felippe José de Souza, David Antonio de Oliveira e autoridades como o padre Antonio de Moraes Branco e os diretores da Colônia Militar de Caseros, foram interlocutores do Governo Provincial durante o Segundo Reinado na tentativa de estabelecer aldeamentos (Tedesco; Vanin, 2018). As relações de aliança dos Kaingang com os latifundiários da região, que ora faziam as vezes de diretores de aldeamento, ora permitiam o aldeamento de indígenas em suas terras ou em terras devolutas próximas, possibilitou a circularidade indígena e a criação de novos toldos. Essas alianças, que eram tecidas com fazendeiros e posseiros instalados na região, davam margem a negociações, barganhas e permitiam uma mobilidade indígena quando esta não era acordada diretamente com as autoridades provinciais.

É provavelmente dessas alianças, elaboradas ao longo de décadas de contato, que localidades de ocupação indígena regular foram conformadas após a extinção da Colônia Militar de Caseros, em 1878. No relatório da presidência da província de 1880, consta, em Lagoa Vermelha, a existência de aldeamentos no “Pontão, Tribu Doble”, em “Caseros” e “em Campos de José Bueno”, somando cerca de 390 indivíduos (Relatório, 1880). É possível que a referência à “Pontão” aludisse à ocupação Kaingang de um espaço próximo à estrada que conduzia ao Passo do Pontão. O que suporta esta suposição é justamente a localização da posse legitimada por Francisco de Paula Felippe e ao que se referiria, no início do século XX, como sendo o Toldo do Fachinal, habitado e liderado, já em fins daquele século, provavelmente, pelo *Pã’í mbâng* Faustino Ferreira Doble, filho do *Pã’í mbâng* Doble (Laroque, 2007).

Com o fim do Império houve o consequente abandono da política de aldeamento, guiada pelo supracitado *Regulamento*. Como saldo da tentativa de *catequese e civilização* dos nativos durante o Segundo Império, houve uma primeira desagregação da territorialidade indígena devido à constituição do latifúndio e da instalação de uma economia pastoril. Esse processo, além de

³ Sobre o *Pã’í mbâng Yu-toahê*, ver mais em Laroque (2000).

produzir a demarcação de extensas propriedades, foi responsável pela redução progressiva do território de circularidade espacial de parcialidades indígenas e definiu um modelo de apropriação da terra na região até as primeiras décadas do século XX com a introdução do agricultor familiar imigrante ou descendente.

3 A colonização privada e os lotes para os colonos (i)migrantes

No período republicano, já na virada do século XIX para o XX, os governos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de Julio de Castilhos (1892-1898) e Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1908), passaram a empreender um projeto de modernização para o estado do Rio Grande do Sul. Essa modernização, que se processaria em diversos âmbitos, adentrou também ao espectro econômico, notadamente vinculada à terra e à produção agrícola, tendo na colonização prática inerente à promoção da ocupação e exploração de novas terras e abertura de novas fronteiras agrícolas (Kliemann, 1986; Rodrigues, 2007). Se, durante o século XIX, a terra havia se tornado um bem escasso e valorizado, transformado em uma mercadoria pois, passível de compra e venda via *Lei de Terras* de 1850, é bem verdade que era necessária a regulação e discriminação das terras pertencentes a particulares, posseiros, e, sobretudo, daquelas que pertenciam ao domínio público.

Desde o início do regime republicano, mudanças haviam se processado no que tangia à propriedade da terra e os projetos de colonização no Brasil. Com a República, o montante de terras devolutas, isto é, terras consideradas desocupadas, pertencentes ao Estado até então, passaram ao domínio dos estados da Federação e estes últimos passaram a ser os responsáveis pelas políticas de imigração e colonização de maneira independente e sem subsídios do governo central, diferentemente do período imperial. Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, coube ao governo estadual elaborar políticas de regulação das terras, de imigração e de colonização.

Em 1900, foi elaborado e estabelecido o Regulamento de Terras e Colonização, que tinha como objetivo maior promover a regularização da propriedade da terra no estado, buscando verificar e legitimar posses de terra, discriminando terras devolutas pertencentes ao estado e reaver terras ocupadas ilegalmente e pertencentes ao poder público. Para tanto, inicialmente, foram criadas Comissões de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas, atuantes até 1904, quando substituídas pelas Comissões de Terras e Colonização, subordinadas à Diretoria de Terras e Colonização (DTC) e à Secretaria da Agricultura. As CTCs foram instaladas nas regiões em que a

“questão de terras” era um problema complexo e de difícil solução, dada a forma de constituição da propriedade, definida, anos mais tarde, pelo diretor da DTC, Carlos Torres Gonçalves, como fraudulenta (Neumann, 2019).

Mas, se por um lado, era na região norte que se concentravam os principais desafios em relação à propriedade, por outro, foi também a região mais visada para o estabelecimento de políticas de colonização pelo governo estadual por concentrar grandes extensões de terras devolutas que poderiam servir à colonização. A região do Planalto, que se estende por boa parte do noroeste, norte e nordeste do Rio Grande do Sul, detinha extensas florestas, de uma vasta vegetação nativa, e era a porção menos conhecida e regularizada em termos fundiários do Rio Grande do Sul, tanto no tocante ao domínio privado quanto ao público.

Essas novas zonas de colonização foram abertas, pois, já no início do século XX, havia um grande fluxo de deslocamento de imigrantes italianos e de sua primeira geração de descendentes, provenientes das colônias da Região Serrana criadas a partir de 1875, como as colônias Caxias, Conde d’Eu, Dona Isabel e, posteriormente, Alfredo Chaves. Esses núcleos coloniais haviam sido ocupados por imigrantes italianos, que escapavam de um contexto de crise profunda, resultante do incremento demográfico e desequilíbrio econômico, gerado pela integração de mercados internacionais. Após algumas décadas, entretanto, esses mesmos núcleos deixaram de corresponder às necessidades dos imigrantes, sobretudo da primeira geração de descendentes (Franzina, 1976; Bertagna, 2019).

Nessas colônias – que se convencionou denominar como “velhas”, em oposição às “novas”, que seriam instaladas na região norte do estado –, o alto valor da terra, que se tornou escassa dentro de pouco tempo, inviabilizou a reprodução familiar e impediu, a partir de determinado momento, a subsistência de núcleos familiares nesses locais. Assim, nesse período, famílias venderam suas terras e se estabeleceram em outras colônias, em que os valores das terras não fossem tão altos e se pudesse, por conseguinte, ampliar o número de lotes para os integrantes do núcleo familiar. Entretanto, nem sempre esse processo se consolidou dessa forma, de modo que os colonos, muitas vezes por falta de recursos, acabavam se tornando *intrusos* em terras devolutas, pertencentes ao estado (Neumann, 2019).

Conforme Jean Roche (1969), esse é um período de ocupação de uma *nova zona pioneira*, análise consoante ao que propõe José de Souza Martins (1975) quando trata de *frente pioneira*. Superando a dimensão geográfica, o avanço do processo de colonização é parte maior de um

conjunto complexo de relações sociais e econômicas precedentes e oriundas de uma *frente de expansão* que se consolidou sobre esses territórios, outrora ocupados pelos Kaingang, integrados pelo avanço lento do apossamento como prática ao longo do século XIX. Entretanto, apenas com o deliberado processo de *modernização* pretendida, de colocação do progresso e desenvolvimento econômico dentro do sistema capitalista, de integração de espaços via projetação de estradas e interligação de mercados, consolidariam a *frente pioneira* como tal. Para o autor, a frente pioneira “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado” (Martins, 1975, p. 45), sendo “dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista” (Martins, 1975, p. 138).

Nessas áreas, em função da política de imigração e colonização do governo estadual, muitos imigrantes e colonos acabaram sendo assentados em espaços antes ocupados por populações indígenas. Em especial, nesse contexto, na nova zona de colonização que se assentou no norte do estado, onde estavam instalados os principais toldos indígenas reconhecidos pelo governo estadual. Assim, em ambientes muito próximos, por vezes contíguos, foram estabelecidos conflitos entre indígenas, colonos, companhias de colonização e posseiros nas primeiras duas décadas do século XX, travados nessa *situação de fronteira*.

A colonização privada era lucrativa às companhias colonizadoras, que se colocavam como intermediadoras no processo de acesso à terra, promovendo medições, realizando a contratação com companhias de navegação, negociando deslocamentos e o assentamento de imigrantes ou migrantes nas propriedades de destino e lucrando sobre o valor da terra e de todos os serviços de medição e demarcação prestados. Ora, realizar a empreitada da colonização privada conservava interesses semelhantes ao da colonização pública, como o da ocupação de novos espaços e a exploração econômica da nova localidade (Rodrigues, 2007).

Em Lagoa Vermelha, a colonização privada foi desenvolvida em meio a grandes propriedades pertencentes a latifundiários locais. Convém ressaltar que algumas dessas propriedades se tornaram projetos de colonização privada guiados por seus proprietários, justamente em função da procura e da possibilidade de se auferir grandes lucros. Foi o caso, por exemplo, da fazenda que pertenceu a Francisco de Paula Felippe, latifundiário paulista estabelecido na região no século XIX. A propriedade, oriunda de uma posse, foi verificada nesse contexto de regularização fundiária, que reconheceu uma medição realizada em 1878, tendo a sobredita fazenda em torno de

78 mil hectares de extensão (Comissão..., 1904 [1878]). A fazenda de “Chico Philippe” foi herdada por Joanna Maria de Souza e depois passada para os irmãos Hyppolito José de Paula e Franklin José de Paula e, a partir de 1905, foi destinada para um projeto de colonização privada, levado a cabo pelo compadre de Hyppolito, o agrimensor João Lucio Nunes, que procedeu à medição, demarcação e posterior venda dos lotes (Branco, 2002).

No novo núcleo colonial, de acordo com Branco (2002), os primeiros lotes vendidos pelos irmãos de Paula datam do ano de 1908, período em que famílias de origem italiana, como Carniel, Gelain, Silvestri, Sartor, Francesco, Bergamo, Magdela, Maculan, Guilardi, Cendron e Ceccato, dentre outras, aparecem como residentes no Núcleo Cacique Doble, que já concentrava cerca de trinta famílias em 1910, todas oriundas das colônias velhas, sobretudo de Nova Pádua, ex-Colônia Caxias (Stawinski, 1976). A instalação dessa colônia particular representava o avanço da sociedade nacional sobre aquele território que havia sido de ocupação indígena, regulando e discriminando lotes, definindo espaços que dividiam os sujeitos, impondo limites e fronteiras, ao mesmo tempo em que, ironicamente, o empreendimento levava o nome da célebre liderança Kaingang.

Nas colônias novas, os imigrantes já experientes e seus filhos, aclimatados às lidas e às técnicas necessárias para o desenvolvimento da agricultura, promoviam um desenvolvimento acelerado aos núcleos, superior e mais veloz que o experimentado nas colônias velhas. O empreendimento colonial tinha nos colonos a sua grande aposta em direção à modernização, ao acréscimo de produtividade e à inserção dessas regiões no circuito capitalista. Tanto aos olhos do governo do estado como de particulares, o colono de origem estrangeira carregava consigo a modernização da agricultura, técnicas e saberes que lhe atribuíam uma suposta superioridade diante dos elementos nacionais, visto como mais capaz e passível de consolidar o modelo da pequena propriedade. Isso, contudo, nem sempre se confirmava de pronto dentre os imigrantes, por dificuldades de adequação aos espaços e às culturas cultiváveis, pelas dívidas contraídas no processo de pagamento das terras, dentre outros fatores.

Diante do exposto, é interessante compreender que a instalação do núcleo colonial se projetava como um espaço para “receber colonos”, aqui entendidos, independentemente de origem étnica, como aqueles que se estabeleceram em colônias, desenvolvendo um modo de trabalho e produção já adaptados ao meio e dominadores de técnicas de cultivo em região de clima subtropical (Neumann, 2019). Ao fazer uso de imigrantes e seus descendentes, de acordo com Naxara (1991), os governos e a iniciativa privada reproduziam uma concepção que valorizava esses trabalhadores e

o progresso idealizado que seria carregado com eles, que conduziriam a sociedade brasileira ao crescimento e desenvolvimento material e, por serem brancos e de origem europeia, promoveriam a *civilização* da população brasileira, pensamento hegemônico na segunda metade do século XIX.

No município de Lagoa Vermelha, o processo de colonização não ficou alheio aos indígenas ali residentes, embora essa relação, em geral, seja pouco explorada na historiografia sobre o tema. Portanto, é necessário investigá-la para que se compreenda as relações estabelecidas entre esses dois grupos. Os primeiros relatos de agentes da DTC e do SPILTN referentes à região revelam que a proximidade entre o núcleo colonial e os toldos indígenas da região permitiu que se desenvolvesse uma relação de exploração dos colonos em relação aos Kaingang por valores baixos (Relatório, 1919). Os Kaingang, ao passo que seu território, recursos e possibilidades de subsistência diminuíram, buscaram na venda de sua força de trabalho aos colonos um meio de complementar sua subsistência.

Em consequência, a exploração da mão de obra indígena foi um meio de inserção do nativo à lógica capitalista da exploração econômica. Especificamente em relação aos colonos, o diretor Torres Gonçalves admitia que a exploração por parte dos “civilizados” sobre os nativos era algo a ser combatido, sobretudo pelas condições de trabalho a que se sujeitavam, visto que eram pagos em vestimentas e comida (Rio Grande do Sul, 1910). Mais tarde, a DTC intervira sobre a relação dos colonos com os indígenas, limitando sua proximidade e comercialização de produtos, como as bebidas alcoólicas, a fim de evitar abusos e desordens nos toldos (Sponchiado, 2005; Rodrigues, 2007).

Embora se perceba uma progressiva inserção do Estado no povoado através do reconhecimento e delimitação do Núcleo Cacique Doble, não apenas o aparelho burocrático e regulador do Estado havia sido atraído pela ocupação. A Igreja Católica, em um processo de expansão no Brasil republicano, interessou-se em sua própria inserção entre a população de colonos que se instalava em zonas afastadas dos centros urbanos e estavam, justamente por isso, desassistidos espiritualmente. Ao avançar, enviando seus representantes para Lagoa Vermelha, a Igreja encontrou uma outra massa de indivíduos à margem da assistência espiritual: os indígenas Kaingang.

Nesse contexto, a catequese indígena passaria a ser também parte objetiva da presença católica na região de Lagoa Vermelha, por meio da inserção de frades capuchinhos. Cabe dizer que, no caso específico do Toldo do Fachinal, alguns desses colonos instalados em núcleos coloniais

como o de Cacique Doble e o de Sananduva, por exemplo, foram alguns dos primeiros encarregados pelos missionários de ensinar aos indígenas sobre a *civilização*, a fé católica e os costumes ocidentais, como Ricardo Zeni, no Toldo do Fachinal, e Giuseppe Gelain, no Toldo do Ligeiro (Zugno, 2015). Em síntese, a colonização na região amalgamar-se-ia à iniciativa de catequização.

4 No rastro da colonização: a Igreja Católica, a Ordem dos Frades Menores e a catequese indígena

Antes de se adentrar à especificidade do projeto de catequese indígena, cabe salientar que a atratividade das zonas de colonização italiana para expansão da presença da Igreja Católica era grande, em função do elevado número de católicos que se encontravam sem assistência religiosa permanente na maioria de seus espaços de ocupação. Desde o rompimento entre o Estado e a Igreja após a instalação do regime republicano, a Igreja Católica no Brasil havia se reestruturado e passava por um processo de “romanização”, isto é, de adequação às hierarquias e preceitos difundidos pela Igreja Católica Apostólica Romana e o Papado (Rodrigues, 2007). Diante disso, Dom Cláudio Ponce de Leon, então Bispo de Santa Maria, se propôs a buscar missionários para incrementar as fileiras do clero sul-rio-grandense.

Formado em seminários da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, Dom Cláudio enviou o convite aos superiores da entidade requisitando missionários, que teriam a missão de estabelecer as bases para a instalação de seminários e escolas destinados a atender a população italiana residente na zona de colonização na Região Serrana, no nordeste do Rio Grande do Sul (Pezat, 1997). Aceito o convite da parte de missionários capuchinhos, que eram franceses da Província de Savoie, três deslocaram-se para o Rio Grande do Sul, em 1896. Assim, os frades Raphael de La Roche, Leon de Montasapey e Bruno de Gillonnay deram os primeiros passos para a instalação dos capuchinhos no estado, inicialmente na Região Serrana.

Entre 1898, chegaram seminaristas recém-formados no Líbano, o que acabou permitindo uma atuação mais efetiva da ordem capuchinha no estado (Pezat, 1997). Dois anos depois, em 1900, os missionários já estavam estabelecidos em Conde d'Eu e Alfredo Chaves, atendendo os imigrantes italianos e seus descendentes. Naquele mesmo ano, foram incumbidos de atender a população brasileira dos Campos de Cima da Serra, assumindo a paróquia de Vacaria, a qual o

território de Lagoa Vermelha estava subordinado eclesiasticamente. Posteriormente, a assistência religiosa novamente tomaria por foco os colonos de ascendência europeia que para aquela região se dirigiam, como nos núcleos de Sananduva e Cacique Doble. É dessa forma, acompanhando os objetivos da Igreja Católica no estado e a instalação de novos núcleos coloniais, que os capuchinhos acabaram travando contato com os toldos Kaingang naquela região, em 1903.

Uma primeira referência aos nativos contatados pelos capuchinhos surgiu nas correspondências do Frei Bruno de Gillonnay, em novembro de 1903, quando relatou que havia entrado em contato com agrupamentos indígenas no norte do estado, demonstrando interesse em promover entre eles a catequização (Gillonnay, 1903). O assunto seria retomado no ano seguinte, novamente em correspondência aos superiores na França, reiterando que o fato de catequizar os indígenas era uma decisão importante a ser tomada, sobretudo para evitar a inserção protestante na região e “uma vergonha eterna aos Missionários católicos capuchinhos que aí estão, a dois passos” (Gillonnay, 1904). Para tanto, a ordem religiosa deveria permitir que a missão atendesse os Kaingang estimados – exageradamente, talvez pela retórica discursiva – em quase mil indivíduos. Como afirma Rodrigues (2007, p. 186), conformava-se, desde já, um cenário de “disputa pelas almas dos nativos”, inicialmente entre a missão capuchinha e os missionários protestantes e, posteriormente, com a DTC e a política de *proteção fraternal* de base positivista ortodoxa empreendida sobre os indígenas⁴.

Era prática dos missionários escrever regularmente a seus superiores na França e muitas correspondências eram depois publicadas na revista *Le Rosier de Saint François d'Assise*, mantida pela Província de Savoie. A primeira menção aos indígenas de Lagoa Vermelha publicada no periódico efetuou-se por meio do artigo *Chez les sauvages du Brésil*, da lavra do Frei Fidèle de La Motte-Servolex, de dezembro de 1903. Nele, o frei discorre sobre uma expedição de contato realizada por ele, que acabou por encontrar um toldo abandonado, dado o temor que os indígenas conservavam em relação aos “civilizados”. Ao fim, o frei dizia ansiar pela possibilidade de a Ordem encarregar-se da tarefa da evangelização dos nativos, “para trazer-lhes o benefício da fé e da civilização”⁵.

⁴ Sobre a DTC e a *proteção fraternal*, ver mais em Pezat, (1997); Sponchiado (2005), Rodrigues (2007).

⁵ Tradução livre do autor. No original: [...] pour leur porter le bienfait de la foi et de la civilization (La Motte-Servolex, 1904, p. 78).

A прédica de conduzir os nativos à *civilização* foi recorrente nas narrativas dos capuchinhos deste período em relação aos Kaingang de Lagoa Vermelha. Dos relatos do Frei Bruno de Gillonnay, depreende-se uma visão etnocêntrica e colonialista, posto que descreveu o indígena como miserável, indolente e selvagem, opinião compartilhada por seus pares e que, em última instância, reelaborava dinâmicas de contato entre o colonizador e o colonizado. Em outra correspondência, também publicada pela *Le Rosier de Saint François d'Assise*, o frei rememorou sua primeira viagem ao Toldo do Fachinal, comparando-a à chegada dos portugueses ao Brasil, quando teria encontrado

[...] uma parte da espécie humana mais ou menos no estado como os havia encontrado Cabral e os missionários franciscanos de sua comitiva. Como os primeiros apóstolos do Brasil, erguemos nós também um altar modesto e fizemos descer do Céu, pela primeira vez no meio desta pobre gente abandonada, o Cristo Redentor (D'Apremont, Gillonnay, 1975, p. 71).

Nesses termos, o Frei Bruno reatualizava os marcos da conquista, imprimindo sobre os sujeitos do momento as relações entre colonizador e colonizado (Souza Lima, 1992). O frei demonstrava carregar uma visão etnocêntrica em relação aos nativos em geral e, ao passo do que se verifica em outras correspondências, mantinha um entendimento limitado quanto aos costumes e crenças dos Kaingang. Nessa primeira comunicação, no tocante aos indígenas, o capuchinho também afirmava que embora selvagens, os Kaingang eram “suscetíveis à moralização, à civilização e ao progresso”. Desconsiderando o *modus vivendi* dos Kaingang, o missionário asseverava a necessidade de se reunir os diversos toldos em um só, adotando, de acordo com Zugno (2015), um modelo “de redução”, isto é, o de reunir todos os indígenas, mesmo que subordinados a diferentes lideranças, em apenas um local, para levar a cabo o processo evangelizador, o que sacerdote denominou preliminarmente como “projeto de união”, para que se criasse “um núcleo índio onde se vivem as virtudes evangélicas” (D'Apremont, Gillonnay, 1975, p. 72).

Para além da reunião de vários toldos Kaingang, caberia ao governo demarcar as terras “às margens do Forquilha”. Após a reunião dos toldos, destinaria-se “um missionário ou dois”, para ministrarem a “instrução religiosa, agrícola e civil” aos nativos (D'Apremont, Gillonnay, 1975, p. 72). O que se propunha, portanto, era uma ação integral sobre os indígenas, provendo-lhes, a partir da catequese, o que fosse necessário para alcançar o status de cidadão e de trabalhador do campo.

Esse entendimento preliminar seria refletido e retrabalhado mais tarde, quando colocadas no papel as proposições para ação de catequese no Toldo do Fachinal.

Embora houvesse essa predisposição de evangelizar os indígenas antes que outros o fizessem e o Frei Bruno demonstrasse real interesse em desenvolver a catequese entre os Kaingang de Lagoa vermelha, a missão capuchinha continuava com poucos frades à disposição, o que dificultava o trabalho de catequização, tendo em vista que o escopo principal das ações era atender toda a população abrangida pela paróquia, nos diferentes misteres das atividades que lhes foram confiadas (Pezat, 1997). Dessa forma, até o final da década de 1900, a atividade dos capuchinhos nos toldos de Lagoa Vermelha foi esporádica, mas constante, e a catequização indígena não foi abandonada enquanto horizonte de expectativa da ação dos missionários.

Em meados de 1909, com a permissão de seus superiores, o Frei Bruno encaminhou um projeto de catequização dos indígenas do Toldo do Fachinal ao governo estadual, por meio do qual pretendia angariar recursos para “civilizar e moralizar este povo”. O projeto foi apresentado pelo capuchinho ao presidente do estado em audiência particular e depois remetido por escrito em junho daquele ano (D’Apremont, Gillonnay, 1975, p. 74). Em outubro, evitando ferir, ao menos na letra da lei, a liberdade religiosa consagrada pela Constituição de 1891, o governo estadual concedeu a importância extraordinária de 5.000\$800 réis, criando, ao mesmo tempo, uma despesa especial para uma “escola de índios” em Lagoa Vermelha, no Toldo do Fachinal. Para tratar dos indígenas, o governo estadual contratou o colono italiano Ricardo Zeni⁶, sugerido pelos capuchinhos, para exercer a função de “professor dos índios”, designado pelos missionários como “catequista leigo”,

No enunciado de projeções, algumas questões tornavam-se centrais e eram claramente a síntese das experiências colhidas entre os indígenas e os colonos da Região Serrana. A demarcação das terras do Toldo do Fachinal retornava ao contexto como basilar, mas em espaço diverso daquela ideia esboçada em 1904, deixando de reivindicá-la “às margens do Forquilha”, para “uma área que sempre ocuparam, situada entre o rio Carazinho, a leste, e o rio Lajeado, a oeste”, nas proximidades do Núcleo Cacique Doble (D’Apremont, Gillonnay, 1975, p. 74). A área sugerida para a demarcação é interessante de ser abordada, pois revela, acredita-se, parte da intencionalidade dos missionários em relação aos Kaingang. Reiterando a ideia de reunir os toldos dos Kaingang, propor

⁶ Ricardo Zeni (1867-1925) nasceu em Prada, comune de Brentonico, província de Trento, na Itália. Emigrou para o Brasil em 1888, estabelecendo-se em Encantado/RS. Em 1909, transferiu-se para o Núcleo Cacique Doble, a convite do Frei Bruno Gillonnay, para assumir a função de catequista leigo no Toldo do Fachinal. Na vila, exerceu também as atividades de comerciante, professor e hoteleiro (Stangherlin, 1989).

a demarcação do Toldo do Fachinal, próximo ao núcleo colonial, pode ter sido também parte de uma estratégia de integração e assimilação do nativo. Ao legitimar aquele espaço supostamente ocupado, mantinha-se ambos conectados, o toldo indígena e o núcleo colonial, possibilitando a comercialização facilitada de gêneros pelos colonos aos indígenas e, bem assim, o emprego destes últimos pelos primeiros em suas propriedades.

Mas, talvez, o mais interessante do projeto apresentado pelo Frei Bruno estivesse vinculado à concepção de futuro que era depositada sobre a ação da catequese, isto é, os resultados práticos e possíveis de serem incutidos sobre os Kaingang. Para o missionário, era também central que as terras demarcadas pelo governo estadual fossem subdivididas em lotes, de modo que “cada um seja proprietário do lote que ocupa e cultiva; todavia, não se deve conceder o direito de vendê-lo, porque o índio venderia imediatamente” (D’Apremont, Gillonnay, 1975, p. 73). Tem-se aí o claro objetivo de introjetar entre os Kaingang a noção da propriedade privada da terra, ignorando-se, por óbvio, a organização sócio-política cultural dos indígenas, aplicando uma concepção de relação de mercadoria para com a terra ocupada. Ademais, introduzir esse sistema de individualização do espaço preconizava uma adaptação às relações de mercado, no sentido de incutir uma compreensão acerca da terra enquanto um bem de valor. E, mais ainda, preparava os nativos a assumirem um lugar dentro de um sistema de relações de trabalho no campo, na condição de vendedores de sua força de trabalho a colonos da região, o que já ocorria e seguiu ocorrendo na região, descrito por um agente do Estado como “trabalhos de salários” (Relatório, 1919), isto é, realizados por jornada de trabalho.

Por fim, Frei Bruno arrematava afirmando que, através da implantação da catequese sobre os indígenas do Fachinal, “se conseguirá uma verdadeira transformação neste povo. Depois poder-se-á pensar em fazer do nosso índio um cidadão consciente; teremos, então, uma *colônia agrícola* florescente” (D’Apremont; Gillonnay, 1975, p. 74) (grifo nosso). Interpreta-se essa transformação que perpassaria por vários âmbitos da vida indígena – laboral, civil, social, religioso – com um entendimento de que *ser índio* era uma condição transitória. Souza Lima (1993), ao tratar da construção da política indigenista brasileira na Primeira República, descreve essa compreensão como *indianidade transitória*, isto é, de que o nativo, ao ser amparado pelos “civilizados”, poderia deixar de *ser índio* e amalgamar-se à massa de trabalhadores rurais em formação naquele período. Embora o autor aborde esse tema no âmbito do Estado, em referência à política federal que engendrou o SPILTN, acredita-se ser lícito expandir esta reflexão para a catequese indígena no Rio

Grande do Sul, que ocorria em período simultâneo e que interpretava o nativo enquanto um ser em transição, passível de ser transformado, civilizado e integrado à sociedade.

Entretanto, à diferença do serviço federal indigenista, que concebia um indígena ideal que se tornaria um *trabalhador nacional* plenamente integrado ao trabalho no campo, a proposta evangelizadora dos capuchinhos estabelecia como parâmetro o colono de origem europeia, notadamente italiana, como modelo a ser perseguido para a integração indígena. Civilizar, portanto, na proposta dos capuchinhos, era transformar os toldos indígenas em colônias agrícolas e o indígena em um *colono*, tal qual este último era descrito pelo Frei Bruno, em outra publicação, ao fazer alusão à situação material dos colonos italianos no estado, isto é, um indivíduo que vivia “em sua propriedade e ocupado nos rudes trabalhos da agricultura”, ficando assim alheio às “tentações da vida ociosa” e conservando zelo pela sua família (D’Apremont; Gillonnay, 1975, p. 245).

No meio tempo entre a reunião do Frei Bruno com o presidente do estado e a aprovação do orçamento para a catequese, foi publicado no jornal *La Libertà*, destinado à população italiana residente nas colônias velhas e novas, um artigo de Dom Enrico Domenico Poggi, sob o pseudônimo *Dipo*, que revelava possuir uma opinião similar àquela expressa pelo Frei Bruno no projeto, justamente por ter sido seu auxiliar na construção do projeto de catequese indígena pelos capuchinhos (Brandalise, 2019). Afirmava o pároco, que residia entre os colonos naquela região:

Não comprehendo por que o governo não pensa em civilizar seriamente esta gente. Um dia falando com pessoa importante deste município, esta me expressou sua opinião em relação aos Bugres: me disse que se esses deixassem logo os seus costumes seriam misturados com os nossos, e assim sumiria a sua raça. Muito obrigado! É necessário saber que estes Indígenas são já circundados por todas as partes, e por colonos e brasileiros. Veem o costume dos nossos colonos, mas esse não lhes agrada, porque muito laboriosos, veem o dos brasileiros e nem aqueles se aplicam, ainda que muito fácil. Que será desta gente? Uma das duas, ou o governo pensa em civilizá-los, e serão bons colonos úteis ao país; ou os abandona ainda mais, e estes que não se acostumam ao trabalho se unirão aos canalhas e aos vagabundos, e continuarão aquilo que já fizeram no passado, roubando e prejudicando os vizinhos. [...].

Não seria então honra e dever para o nosso governo interessar-se destes infelizes e encarregar pessoa competente que *lhes guie, lhes instrua, lhes estimule e lhes acostume aos poucos ao trabalho e os faça cidadãos úteis ao país*, em vez de esperar, um tempo não distante, que se tornem vagabundos perigosos? (Dipo, 1909) (grifos nossos).⁷

⁷ Tradução livre do autor. No original, em italiano: “Non so comprendere perché il governo non pensa a civilizzare seriamente questa gente. Un giorno parlando com persona importante di questo municipio, questa m’espresse il suo parere a riguardo dei Bugres: mi disse che ormai anch’essi lasciavano i loro costumi presto si sarebbero misturati coi

E, para criar *bons colonos* a partir dos indígenas, um colono deveria servir como encarregado de provê-los de *civilização*. Decerto, essa prerrogativa estava nas entrelinhas do que vaticinava Dom Enrico Poggi, ao tratar dos exemplos que os nativos tinham ao seu redor, ao descrever o trabalho realizado pelo “brasileiro” como mais fácil do que aquele realizado pelo colono italiano. A suposta superioridade do trabalho e da técnica empregadas pelos colonos deve ser relativizada neste discurso. Como aponta Neumann (2019), em que pesse um discurso favorável à imigração colocasse em voga este ideal da modernização da agricultura pelo braço europeu, a realidade demonstrou o contraste desta experiência na prática. O mais comum, a partir da adaptação do colono europeu no Brasil foi justamente adotar as técnicas e meios de produzir sobre a terra daqueles que nela já produziam e estavam adaptados, como indígenas e caboclos. Não raro, portanto, práticas como a derrubada das matas, a queimada, a rotação de culturas foram perpetuadas por gerações de descendentes dos colonos imigrantes.

Tanto o discurso do Frei Bruno quanto o do pároco confluíam em uma mesma direção e completavam-se entre si. Ao fim, ambos recomendaram a necessidade de se estabelecer entre os indígenas alguém que “serviria de modelo aos índios e estimularia a dar-se também à agricultura” (D’Aprenmont; Gillonnay, 1975, p. 74). Vale ressaltar que não seria qualquer modelo de trabalho, mas aquele desenvolvido nos núcleos coloniais, que seria passível de gerar “uma colônia agrícola florescente”. Esse seria o padrão de civilização a ser empregado e perseguido como ideal pela via da catequese.

5 A demarcação do Toldo Fachinal e o ocaso da catequese capuchinha

O processo de demarcação das terras indígenas teve início por disposição do governo do estado dentro do já aludido contexto de regulação fundiária. Sob a presidência do estado de Carlos

nostri, e così sarebbe scomparsa la loro razza. Grazie mille! Bisogna sapere che questi Indiani sono ormai circondati da ogni parte e da coloni e da brasiliani. Vedono il costume dei nostri coloni, ma non piace ad essi perché molto laboriosi, vedono quello dei brasiliani e neppure a quello s’appigliano benché più facile. Che cosa ne sarà di questa gente? Una delle due, o il governo pensa a civilizzarli, e saranno buoni coloni utili al paese; oppure li abbandona ancora un po’, e questi non avvezzi al lavoro si uniranno alle canaglie e ai vagabondi, e continueranno quello che han già fatto per lo passato rubando e danneggiando i vicini. [...]. Non sarebbe dunque onore e dovere per nostro governo interessarsi di questi infelici e incaricare persona competente che li guidi, li instruisca, li sproni, e li avvezzi poco alla volta al lavoro e renderli cittadini utili al paese, anziché aspettare, un tempo non lontano, che diventino vagabondi pericolosi?” (Dipo, 1909, p. 2).

Barbosa Gonçalves, houve promessas a lideranças indígenas que as terras seriam demarcadas, o que se coadunou com a colocação de Torres Gonçalves no cargo de diretor da DTC, quando se começou a prospectar as terras a serem demarcadas para os nativos. O processo foi acelerado em meados de 1910, devido à criação, em nível nacional, do SPILTN, que deveria tratar da questão indígena em todo o Brasil, inclusive, demarcando as terras necessárias aos nativos (Schmitz, 2019).

Em paridade ideológica entre a DTC e o SPILTN, a primeira ficou encarregada dos trabalhos de demarcação, sob a supervisão apenas do órgão federal. Dessa forma, as demarcações tiveram início em 1910 e seguiram até 1918, reconhecendo 12 toldos indígenas e identificando suas demandas, nem sempre atendidas, em torno da terra (Schmitz, 2019). Os toldos do Ligeiro e do Fachinal foram os primeiros a serem demarcados. Com a assistência religiosa do projeto dos capuchinhos já em curso, o Toldo do Fachinal foi visitado por Torres Gonçalves, diretor da DTC, que, em longo relatório, reprovou a atividade desempenhada pelo colono Ricardo Zeni.

A reprovação de Torres Gonçalves em relação a Ricardo Zeni justificava-se, em partes, por um viés ideológico⁸, mas a crítica do diretor da DTC não pode ser reduzida apenas a isso. De acordo com Torres Gonçalves, o colono italiano havia semeado a discórdia entre os Kaingang do Fachinal, fazendo nascer uma dissidência à liderança do *Pã'í mbâng* Faustino Doble, liderada por um subordinado e compadre seu, o *Pã'í* Fortunato José Gonçalves, que concitou os seus para abandonarem as terras que ocupavam há “cerca de 70 anos” (Rio Grande do Sul, 1910, p. 148). Em aliança com Zeni, o *Pã'í* Fortunato havia conduzido seus subordinados em direção às proximidades do Núcleo Cacique Doble, distante duas léguas do toldo ocupado pelo *Pã'í mbâng* Faustino e sua gente, que se recusaram a abandonar o local.

O procedimento de Zeni não pode ser desvinculado daquilo que preconizavam os capuchinhos para os indígenas, tampouco essa ação do colono italiano pode ser tomada como ato independente ou ação autônoma desligada do planejamento dos missionários. A tentativa de arranchar os nativos mais próximo ao povoado correspondia justamente ao território que era sugerido pelo Frei Bruno em seu projeto entregue ao governo estadual, que não contemplaria a espacialidade ocupada pelo agrupamento do *Pã'í mbâng* Faustino. Ademais, aproximar os Kaingang da sede do núcleo colonial aumentaria o contato entre nativos e colonos, o que

⁸ Carlos Torres Gonçalves pertencia à Igreja Positivista do Brasil e prospectava implantar um sistema de proteção para os indígenas, a *proteção fraternal*, guiada pelo ideário de Augusto Comte. Dentro dessa concepção, a educação não deveria ser imposta aos indígenas e sim ofertada quando estes, em estágio de desenvolvimento mais avançado, a requeressem (Pezat, 1997; Rodrigues, 2007; Sponchiado, 2005).

possibilitaria, idealmente, a integração entre ambos, sobretudo do indígena, que se espelharia no “exemplo do colono”, sendo acostumado, pouco a pouco, ao trabalho, tal como mencionado no projeto apresentado pelo Frei Bruno.

A área demarcada chegou a 5.676,33 hectares, compreendendo o faxinal onde estava instalado o *Pã’í mbâng* Faustino, avançando sobre terras indenizadas a Hildebrando do Amaral Fão e aos herdeiros de Leonardo José Ferreira e mais uma sorte de terra devolutas limítrofes ao núcleo colonial de Cacique Doble, onde estava arranchado o *Pã’í* Fortunato (Comissão..., 1910). Ao fim do processo de demarcação, ainda em 1910, ambas as lideranças foram contempladas devido às alianças que ambos souberam manejar durante aquele processo, fosse com a DTC, fosse com os capuchinhos. Nesse contexto, os interesses do projeto dos capuchinhos são contemplados em partes e ações de evangelização continuam sendo realizadas no toldo.

Não obstante, a indisposição de Torres Gonçalves em relação à catequese foi pautada pelas afirmações do *Pã’í mbâng* Faustino, de quem havia se aproximado, e seguiu uma retórica crítica ao colono italiano escolhido pelos capuchinhos, asseverando ao presidente do estado a necessidade de se manter a questão indígena sob a guarda da DTC. Após a conturbada demarcação, a atividade de Ricardo Zeni e dos capuchinhos se manteve, mas foi, progressivamente, perdendo espaço em relação ao que se projetava via DTC. Em razão também disso, a permanência de Ricardo Zeni no cargo não se estendeu por muito tempo.

Em 1913, quando da recondução de Borges de Medeiros à presidência do estado, o orçamento para a catequese indígena foi cortado. Em nível municipal, o rearranjo político do PRR local também influenciou nas tratativas em relação aos indígenas do Toldo do Fachinal. Quando a facção de oposição ao então intendente, coronel Heleodoro de Moraes Branco, assumiu o Executivo Municipal, na figura do coronel Maximiliano de Almeida (1914-1916), Ricardo Zeni passou a ser duramente criticado em suas funções, dado seu alinhamento partidário com o dirigente passado, acusado de manejar os indígenas votantes e os colonos do Núcleo Cacique Doble a votarem a favor do coronel Branco ou contra a oposição, nos últimos pleitos eleitorais (Andrade; Vasconcellos, 1913). Ademais, as críticas realizadas ao presidente do estado também foram feitas pessoalmente pelo *Pa’í mbâng* Faustino que, em aliança com a oposição à facção do coronel Branco, viajou até Porto Alegre, em junho de 1913, a fim de reclamar acerca da atividade de Ricardo Zeni entre os Kaingang do Fachinal. As críticas ao colono italiano e “professor dos índios” só aumentaram, culminando na remoção de suas funções, em 1915 (Pezat, 1997).

Sem apoio do governo do estado e do Executivo lagoense, esse foi o fim das atividades de catequese pretendidas pelos capuchinhos no Toldo do Fachinal, o que ocorreu também em razão do crescimento da DTC e da gradual consolidação da *proteção fraternal* enquanto política, oficialmente instituída em 1917 (Rio Grande do Sul, 1917). As demarcações marcaram a entrada definitiva da DTC enquanto agente possibilitador de uma *civilização dos índios* adequada aos marcos republicanos. Assim, a iniciativa religiosa foi paulatinamente colocada em segundo plano pelo governo do estado e, em que pese não ter sido proibida, não recebeu mais nenhuma subvenção.

Até o fim da década, o Frei Bruno de Gillonnay e o Bispo de Santa Maria, Dom Miguel de Lima Valverde, tentaram reelaborar e expandir o projeto de catequização dos Kaingang para o restante dos toldos do estado, enfrentando obstáculos em torno da arrecadação de fundos e total indisposição do governo estadual em cooperar na proposta. No ano de 1921, de acordo com Pezat (1997), o projeto de catequese foi definitivamente abandonado, devido à alteração dos limites de atuação da Diocese de Santa Maria, que acabou por perder a administração religiosa da região de Vacaria e Lagoa Vermelha, então destinada à jurisdição eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre, visto que ali não encontrou apoio para o desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, qualquer intenção dos capuchinhos em retomar a atividade de catequese na região do Toldo do Fachinal acabou por tornar-se inviável e encerrou-se o período de elaboração de propostas e de atividades que estiveram ligadas à evangelização dos nativos.

6 Considerações finais

Ao longo do presente texto, discorreu-se sobre dois projetos específicos e interligados: o da colonização privada no Núcleo Cacique Doble e o projeto de catequese dos missionários da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos no Toldo do Fachinal. Ambos os projetos possuíam sentidos e objetivos comuns e, direta ou indiretamente, influenciaram nas relações estabelecidas entre indígenas e não indígenas naquela região do município de Lagoa Vermelha. Ao mesmo tempo, e partindo de sujeitos com iniciativas diversas, um modelo de *civilização* avançava sobre o território indígena.

A colonização, realizada por particulares e regularizada pelo Estado, colocava-se como uma forma de promover a ocupação de um espaço não integrado às dinâmicas produtivas, impulsionar a modernização da agricultura pela via da inserção de colonos e criação de núcleos coloniais,

projetando-se a integração do mercado interno e a anexação daquela região ao sistema capitalista. No encalço da colonização e dos colonos de origem italiana, os missionários capuchinhos avançaram também em direção ao mesmo espaço, entrando em contato com os Kaingang e projetando a catequese dessa população. No projeto, delineado pelo Frei Bruno de Gillonnay, os indígenas deveriam tornar-se colonos, adotando a propriedade privada, a agricultura como meio produtivo e a moral e os costumes católicos. Como exemplo, o responsável pela catequização indígena era um colono italiano, que atendia os requisitos colocados pelos capuchinhos, sobretudo quanto a ensinar os princípios da fé católica e o de “acostumar” os nativos ao trabalho. No Toldo do Fachinal a experiência dos missionários foi curta, mas colocou em prática o que se prospectava como o ideal para civilizar os Kaingang.

Sob a influência dos capuchinhos, a aproximação dos indígenas da zona de colonização foi encampada como um meio de integração, para a construção de um modelo educacional para o trabalho, que se aliava aos princípios professados pela Igreja. A tentativa de inserção do indígena enquanto um trabalhador do campo, aos moldes do colono de origem europeia, demonstrou não só a perpetuação de uma visão eurocêntrica por parte dos missionários, como também a correspondência com uma noção de *indianidade transitória*, isto é, o trabalho enquanto elemento civilizador, passível de transformar o indígena em um indivíduo integrado à sociedade brasileira. Essa concepção embasou as políticas indigenistas brasileiras por boa parte do século XX, contudo, diferentemente da política indigenista que se colocava nacionalmente na década de 1910, os indígenas catequizados deveriam ser, além de trabalhadores, bons cristãos, sendo instruídos tanto nas lides do campo quanto na fé católica, de modo a serem assimilados como *bons colonos*.

Em suma, a colonização e a catequese operaram um modelo de avanço sobre os territórios indígenas, de desagregação das coletividades nativas e de imposição de modelos externos aos agrupamentos Kaingang. Estes, todavia, souberam contrapor-se, tecer alianças e manter, na medida do possível, a ocupação de suas terras via demarcação e a organização social sob o seu controle, através de acordos realizados com não indígenas que, em partes, partilharam de interesses comuns em determinado momento.

Referências

ANDRADE, Adolpho Paim de; VASCONCELLOS, José Dario. *Carta enviada ao presidente do estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros*. Lagoa Vermelha, 19 de maio de 1913. Acervo Borges de Medeiros. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

BERTAGNA, Federica. Appunti sulla presenza degli italiani nel processo di colonizzazione in Argentina e Brasile. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*.

BRANCO, Péricio de Moraes Branco. *A região de Lagoa Vermelha – aspectos históricos*. Porto Alegre: EST, 2002.

BRANDALISE, Guilherme Maffei. “*Eles se vangloriam de ser índios, e com esse nome querem ser chamados*”: indígenas, capuchinhos e as colônias italianas no nordeste do Rio Grande do Sul (1895-1918). Porto Alegre, 2019. 75 f. Monografia. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BRASIL. *Decreto n.º 426 de 24 de julho de 1845*. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://bit.ly/2M4EMBY>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. *Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <https://bit.ly/2OAEnrD>. Acesso em: 15 out. 2022.

COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE PASSO FUNDO. *Planta da posse legitimada por Francisco de Paula Felippe*. 1904 [1878]. Arquivo Histórico Regional. Fundo Secretaria de Obras Públicas.

COMISSÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE PASSO FUNDO. *Planta do Toldo Fachinal pertencente aos índios da Lagoa Vermelha*. 1910. Arquivo Histórico Regional. Fundo Secretaria de Obras Públicas.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

DIPO. Altre osservazioni sui nostri Selvaggi. *La Libertà*, n. 31. Caxias, 11 set. 1909, p. 2

FRANZINA, Emilio. *La grande emigrazione. L'esodo dei rural dal Veneto durante il secolo XIX*. Veneza: Masilio, 1976.

GILLONNAY, Bruno. Correspondência. Tradução de Vanildo Luiz Zugno. Conde d'Eu, 6 mar. de 1904. Acervo Digital do Muscap.

GILLONNAY, Bruno. Correspondência. Tradução de Vanildo Luiz Zugno. Conde d'Eu, 14 de novembro de 1903. Acervo Digital do Muscap.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS, terra & poder: história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. Laroque, 2015

LA MOTTE-SERVOLEX, Fidèle de. Chez les sauvages du Brésil. In: *Le Rosier de Saint François d'Assise*, n. 3, mar. 1904, p. 78.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. *Fronteiras geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)*. Antropologia, n. 64, Pesquisas/ Instituto Anchietano, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). *Antropologia*, Pesquisas/Instituto Anchietano, n. 56, 2000.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo no Brasil*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975. cap. 3, p. 43-50.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua propria terra*: representações do trabalhador nacional - 1870-1920. Dissertação (Mestrado em História). 246f. UNICAMP. 1991.

NEUMANN, Rosane Marcia. Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-Grandense na Primeira República. In: RENK, Arlene; TEDESCO, João Carlos; Winckler, Silvana (Orgs.). *Estado, configuração da terra e conflitos agrários*: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 86-134.

PEZAT, Paulo Ricardo. *Auguste Comte e os fetichistas*: estudo sobre as relações entre a Igreja Positivista do Brasil, o Partido Republicano Rio-Grandense e a política indigenista na República Velha. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO do Presidente da Província Carlos Thompson Flores ao passar a administração da Província de São Pedro ao Vice-Presidente Antonio Correa de Oliveira. Porto Alegre: Typographia d'A Reforma, 1880, p. 39.

RELATÓRIO dos trabalhos realizados no Centro Agrícola do Ligeiro apresentado pelo seu encarregado Constantino Lila da Silveira. Erechim, 31 dez. 1919.

RIO GRANDE DO SUL. Diretoria de Terras e Colonização. *Relatório anual de 1917*. Relatório do director Carlos Torres Gonçalves da Diretoria de Terras e Colonisação. In: Relatório apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretario de Estado, dos Negócios das Obras Publicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre: Typographia da Empresa Graphica Rio-Grandense, Editora d'O Diário, 1917. op. 046, p. 20, 96, 384-386.

RIO GRANDE DO SUL. Diretoria de Terras e Colonização. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Candido José de Godoy. Porto Alegre: Officinas Typographicas da Livraria do Globo, 1910.

RODRIGUES, Cíntia Régia. *As populações nativas sob a luz da modernidade: a Proteção Fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928)*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Unisinos. 2007.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. *Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2019. Dissertação (Mestrado em História).

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar e Indianidade no Brasil*. 1992. 256 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Frederico Westphalen: URI, 2005.

STANGHERLIN, Neli Maria Luchese. *Cacique Doble: caminhada histórica*. Sananduva: Tipografia Sananduva. 1989.

STAWINSKI, Alberto V. Apêndice II – Toldo dos Índios em Cacique Doble. In: D'APREMONT, Bernardin; GILLONAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/UCS, 1976, p. 252-259.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. *Entre a espada, a cruz e a enxada: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878)*. Erechim: All Print, 2018.

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Os capuchinhos e a educação indígena no Rio Grande do Sul*. In: Draイトon Gonzaga de Souza; Francisco Jozivan Guedes de Lima. (Org.). *Filosofia e interdisciplinaridade: Festschrift em homenagem a Agemir Bavaresco*. Porto Alegre: Fi, 2015, p. 945-960.

Data de aceite: 18/12/2023

Publicação: 26/12/2023